



ESCOLA DE GUERRA NAVAL



NÚCLEO DE AVALIAÇÃO
DA CONJUNTURA

BOLETIM

GEOCORRENTE

17 de junho de 2021

ISSN 2446-7014

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

ANO 7 • Nº 141

Reconstrução da estação Scott Base: a importância da Antártica para a Nova Zelândia

ESTE E OUTROS 11 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO



BOLETIM

GEOCORRENTE

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando responder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

DIRETOR DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE SILVIO LUIS DOS SANTOS

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE (RM1) MARCIO MAGNO DE FARIAS FRANCO E SILVA

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR CHEFE

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) LEONARDO F. DE MATTOS (EGN)

EDITOR EXECUTIVO

CAPITÃO-TENENTE BRUNO DE SEIXAS CARVALHO (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) FRANCISCO E. ALVES DE ALMEIDA (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA (EGN)

NOELE DE FREITAS PEIGO (FACAMP)

THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)

BRUNO GONÇALVES (UFRJ)

ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)

TRADUÇÃO E REVISÃO

RODRIGO OLIVEIRA DUTRA MARCÍLIO (UFRJ)

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do BOLETIM GEOCORRENTE, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

PESQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

ÁFRICA SUBSAARIANA

BRUNO GONÇALVES (UFRJ)

FRANCO NAPOLEÃO A. DE ALENCASTRO GUIMARÃES (PUC-RIO)

ISADORA JACQUES DE JESUS (UFRJ)

JOÃO VICTOR MARQUES CARDOSO (UNIRIO)

VIVIAN DE MATTOS MARCIANO (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

ANA LAURA MARÇAL MONSORES (UFF)

BRUNA SOARES CORRÊA DE SOUZA (UNILASALLE)

CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (EGN)

JOSÉ MARTINS RODRIGUES JUNIOR (UFRJ)

MATHEUS SOUZA GALVES MENDES (EGN)

PEDRO EMILIANO KILSON FERREIRA (UNIV. DE SANTIAGO)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)

JÉSSICA PIRES BARBOSA BARRETO (EGN)

RAFAEL ESTEVES GOMES (UFRJ)

VICTOR CABRAL RIBEIRO (PUC-RIO)

VICTOR EDUARDO KALIL GASPARGILHO (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

ANA CAROLINA FERREIRA LAHR (EGN)

GABRIELA PAULUCCI DA HORA VIANA (UFRJ)

GABRIELE MARINA MOLINA HERNANDEZ (UFF)

PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (PUC-RIO)

RAPHAELLA DA SILVA DIAS COSTA (UFRJ)

EUROPA

GUILHERME FRANCISCO PAGLIARES DE CARVALHO (UFF)

MARINA AUTRAN CALDAS BONNY (UFRJ)

MELISSA ROSSI (SUFFOLK UNIVERSITY)

THAÏS ABYGAËLLE DEDEO (UNIVERSITÉ DE PARIS 3)

VICTOR MAGALHÃES LONGO DE CARVALHO MOTTA (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

JOÃO PEDRO RIBEIRO GRILO CUQUEJO (IBMEC)

LUIZ FILIPE DE SOUZA PORTO (UFRJ)

MARCELLE TORRES ALVES OKUNO (EGN)

MARIA CLAUDIA MENEZES LEAL NUNES (USP)

PHILIPPE ALEXANDRE JUNQUEIRA (UERJ)

RODRIGO ABREU DE BARCELLOS RIBEIRO (UFRJ)

VINICIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES (UFRJ)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

ADEL BAKKOUR (UFRJ)

ANA LUIZA COLARES CARNEIRO (UFRJ)

DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA (UFRJ)

ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)

PEDRO DA SILVA ALBIT PENEDO (UFRJ)

RÚSSIA & Ex-URSS

JOSÉ GABRIEL DE MELO PIRES (UFRJ)

LUIZA GOMES GUITARRARI (UFRJ)

PEDRO MENDES MARTINS (ECEME)

PÉRSIO GLÓRIA DE PAULA (UFF)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

MARIA GABRIELA VELOSO CAMELO (PUC-RIO)

MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA (UFRJ)

THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)

VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA (EGN)

SUL DA ÁSIA

IASMIN GABRIELE NASCIMENTO DOS SANTOS (UFRJ)

JOÃO MIGUEL VILLAS-BOAS BARCELLOS (UFRJ)

MARINA SOARES CORRÊA (UFRJ)

REBECA VITÓRIA ALVES LEITE (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

ALESSANDRA DANTAS BRITO (EGN)

GUILHERME NOVAES SILVA PINTO (UFRJ)

ÍNDICE

AMÉRICA DO SUL

A implementação do setor petrolífero na economia da Guiana e seus desafios.....5
A imigração venezuelana na Colômbia e seus desdobramentos políticos e sociais6

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

A nova estratégia dos Estados Unidos para o Caribe7
Investimentos em setores críticos para manutenção do poder estadunidense8

EUROPA

Acordo entre Noruega e Estados Unidos estreita cooperação militar.....8
Afastamento nas relações Reino Unido-Rússia: reflexos navais9

RÚSSIA & Ex-URSS

A política externa russa no 24º Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo.....10

LESTE ASIÁTICO

O lado geopolítico do desafio demográfico chinês..... 11

SUL DA ÁSIA

Energia Renovável: ensejo para a projeção global indiana? 12

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

EUA deixa ASEAN em segundo plano e mira QUAD 13
Brunei e seu comportamento frente à disputa do Mar do Sul da China..... 14

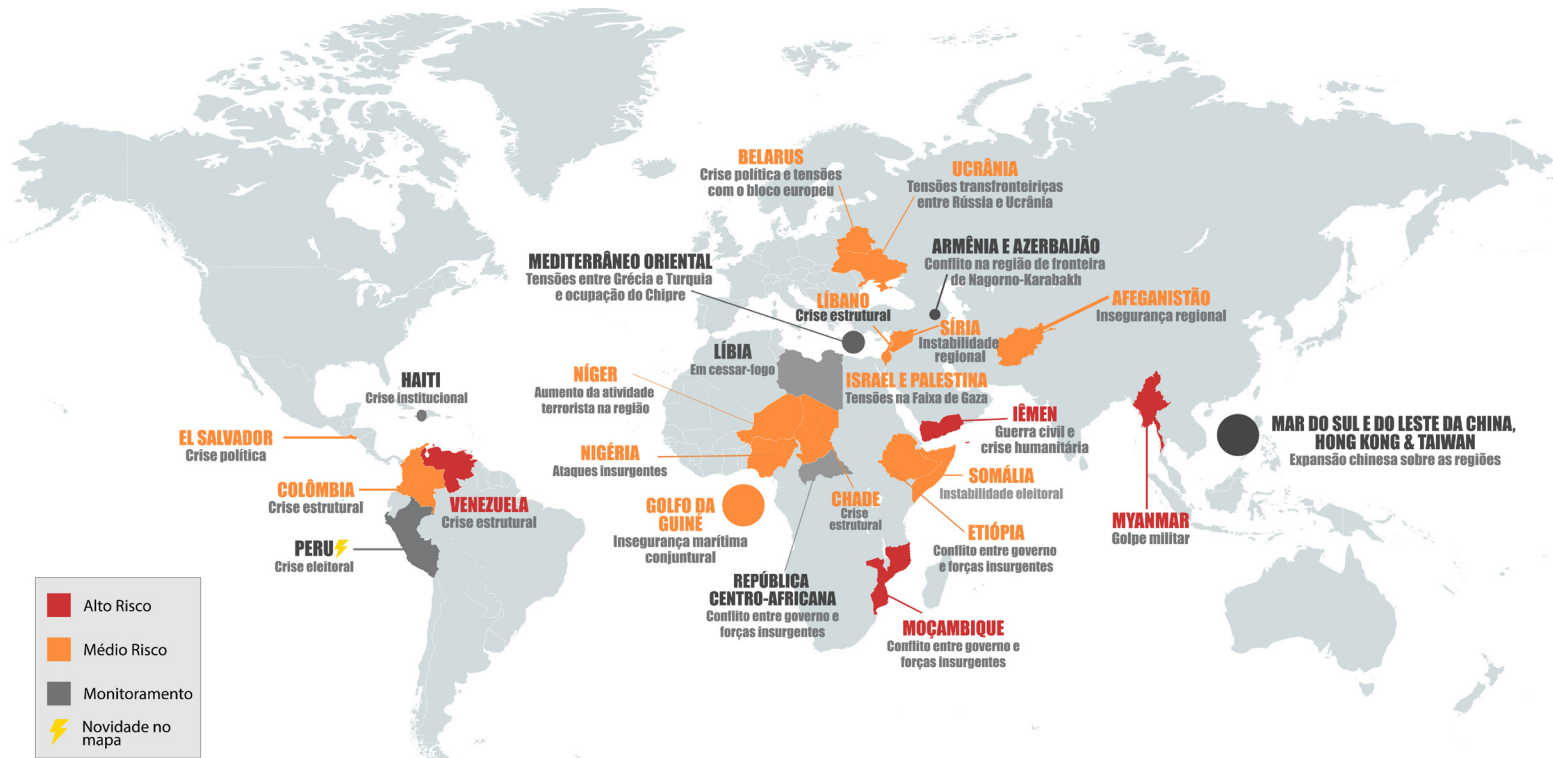
ÁRTICO & ANTÁRTICA

Reconstrução da estação Scott Base: a importância da Antártica para a Nova Zelândia 15

Artigos Selecionados & Notícias de Defesa..... 16
Calendário Geocorrente..... 16
Referências..... 17
Mapa de Riscos..... 18

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

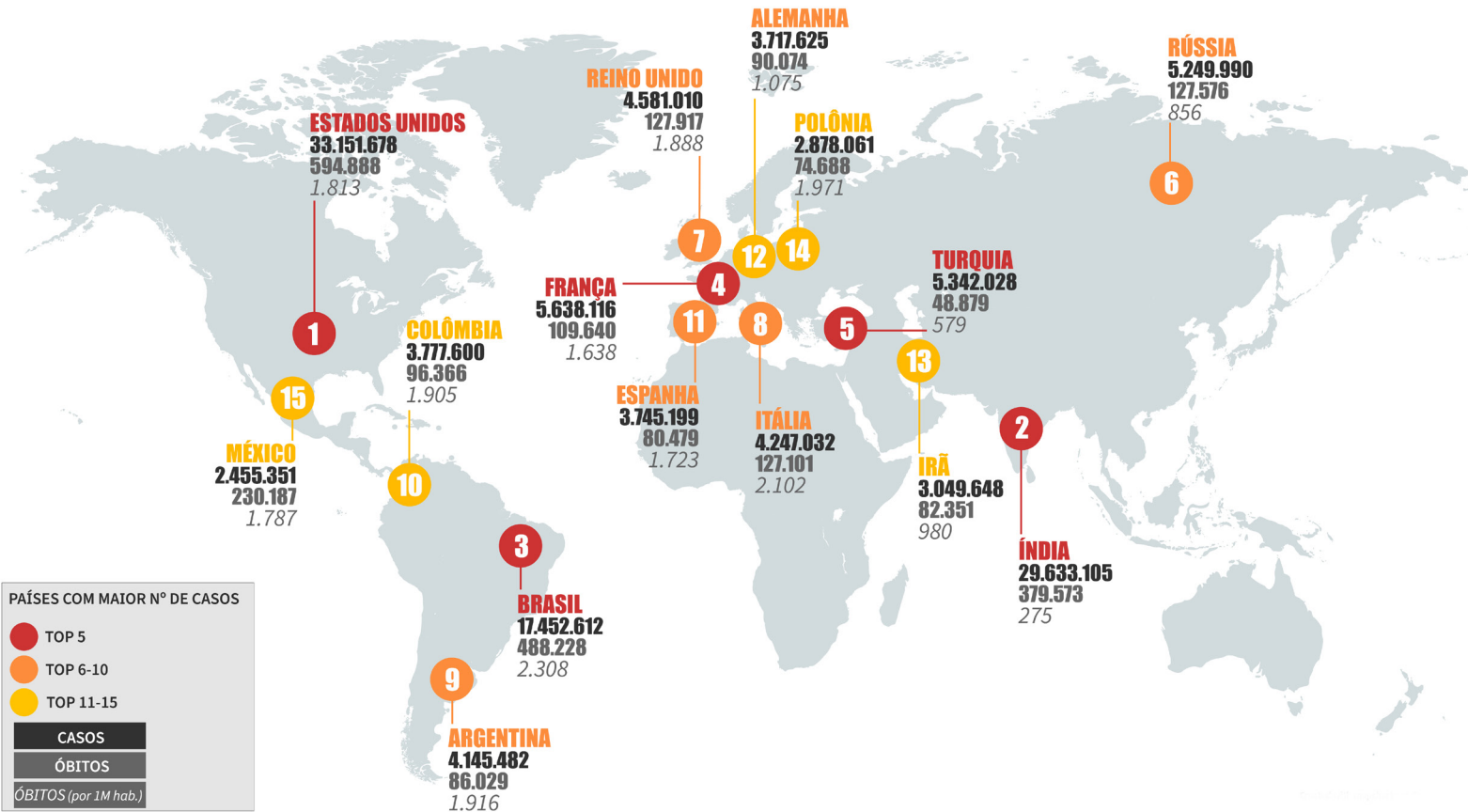
Desconsiderando a pandemia de COVID-19



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 18.

PRINCIPAIS PAÍSES AFETADOS PELA COVID-19

Dados segundo o "WHO COVID-19 Dashboard", publicado no dia 16 de junho de 2021.



PAÍSES COM MAIOR N° DE CASOS

- TOP 5
- TOP 6-10
- TOP 11-15

CASOS
ÓBITOS
ÓBITOS (por 1M hab.)

ACOMPANHAMENTO DAS VACINAS

| PANDEMIA DA COVID-19 | | | | |
|---|------------------|-------------------|------------------------|--|
| Vacinação pelo mundo | | | | |
| Ranking dos países com mais doses aplicadas e colocação correspondente à população vacinada | | | | |
| País | Doses aplicadas* | | População vacinada (%) | Vacinas |
| | (milhões) | (por 100 pessoas) | | |
| China** | 904,1 (1°) | 65 | - | CanSino Sinopharm/Beijing Sinopharm/Wuhan Sinovac |
| Estados Unidos | 311,8 (2°) | 94 | 53 (16°) | Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech |
| Índia | 252,7 (3°) | 18 | 15 (76°) | Covaxin Oxford/AstraZeneca |
| Brasil | 78,9 (4°) | 37 | 26 (49°) | Oxford/AstraZeneca Pfizer/BioNTech Sinovac Moderna |
| Reino Unido | 71,6 (5°) | 107 | 62 (5°) | Oxford/AstraZeneca Pfizer/BioNTech |
| Alemanha | 60,7 (6°) | 73 | 48 (20°) | Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZeneca |
| França | 44,3 (7°) | 66 | 45 (24°) | Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZeneca |
| Itália | 42,7 (8°) | 71 | 49 (18°) | Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZeneca |
| México | 37,5 (9°) | 29 | 21 (60°) | CanSino Oxford/AstraZeneca Pfizer/BioNTech Sinovac Sputnik V |
| Turquia | 34,7 (10°) | 42 | 25 (51°) | EpiVacCorona Sputnik V |

*É contado como uma dose única e pode não ser igual ao número total de pessoas vacinadas, dependendo do regime de dose específico (por exemplo, as pessoas recebem doses múltiplas).
**O país não forneceu dados sobre o número de pessoas que foram parcialmente ou totalmente vacinadas.

A implementação do setor petrolífero na economia da Guiana e seus desafios

Ana Laura Marçal Monsores

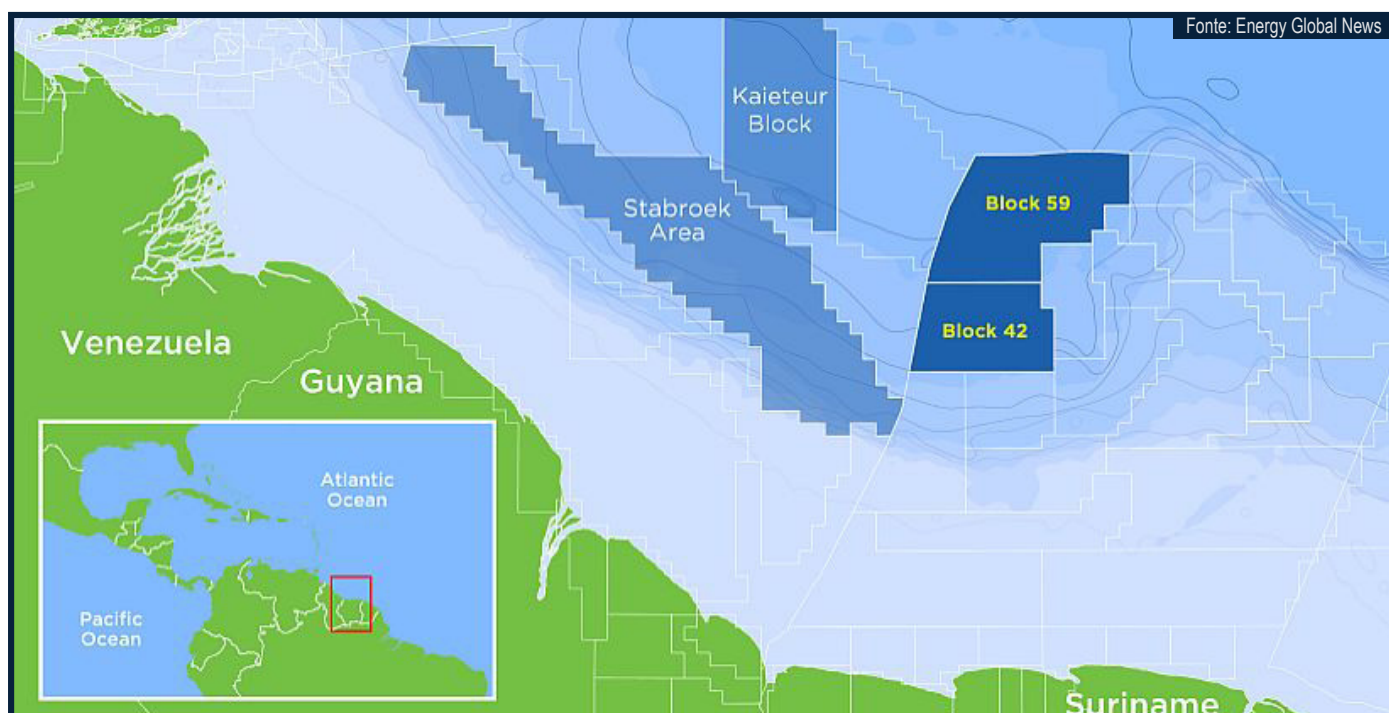
A descoberta de petróleo no litoral da Guiana em 2015 ([Boletim 84](#)) tem levado o país a reformular sua agenda geopolítica. Por um lado, a crescente exploração de petróleo demanda a reestruturação de seu setor de energia, além da possível implementação de um fundo soberano. Por outro, a manutenção da atividade petrolífera traz consigo preocupações relacionadas à vertente ambiental, assim como em relação a estratégia de desenvolvimento que será adotada pelo governo e multinacionais na gestão dos poços *offshore*. Quais os desafios enfrentados pela Guiana ao introduzir o setor petrolífero em sua economia?

O Fundo de Riqueza Soberano é um mecanismo de investimento governamental geralmente financiado pelo lucro do comércio de petróleo, gás ou minérios, que objetiva garantir maior estabilidade econômica ao país. Entretanto, a frágil infraestrutura guianense apresenta desafios para sua implementação, uma vez que o financiamento injetado pelas reservas internacionais depende do nível de desenvolvimento econômico da Guiana. Assim, o fundo a ser desenvolvido precisa ser compatível com a realidade nacional, para que possa melhorar as condições socioeconômicas da população e tornar o Estado economicamente competitivo.

No entanto, ao priorizar a iniciativa econômica em sua agenda política, o governo guianense não deve se eximir da responsabilidade ambiental alinhada ao

desenvolvimento, uma vez que se trata de uma forte tendência na política internacional. Nesse sentido, o Acordo Escazú, em vigor desde 22 de abril de 2021, é um instrumento jurídico voltado para a proteção e preservação do meio ambiente que regula os atos governamentais em prol de decisões sustentáveis ([Boletim 138](#)). A Guiana, primeira signatária a ratificar o acordo, enfrenta desafios com a atividade petrolífera em seu litoral, pois arquiteta projetos potencialmente prejudiciais ao meio ambiente e atrai multinacionais para exploração de seus poços *offshore*. Entre as empresas, estão a *TotalEnergies*, que alocou US\$ 800 milhões em atividades de exploração na região, e a *ExxonMobil*, com 16 poços planejados para 2021.

Assim, para que haja visibilidade do potencial guianense, é preciso que o país demonstre responsabilidade jurídica como sujeito internacional ao cumprir com os acordos firmados. Um exemplo de conduta política responsável seria a decisão por um fundo soberano que garanta a transparência da renda petrolífera, contribuindo para o acesso à informação ambiental, direito firmado pelo Artigo 8 do Acordo Escazú. Dessa forma, além de expressar estabilidade econômica para atração de investimentos estrangeiros, o país também demonstrará sua integridade jurídica no sistema internacional.



A imigração venezuelana na Colômbia e seus desdobramentos políticos e sociais

José Martins Rodrigues Junior

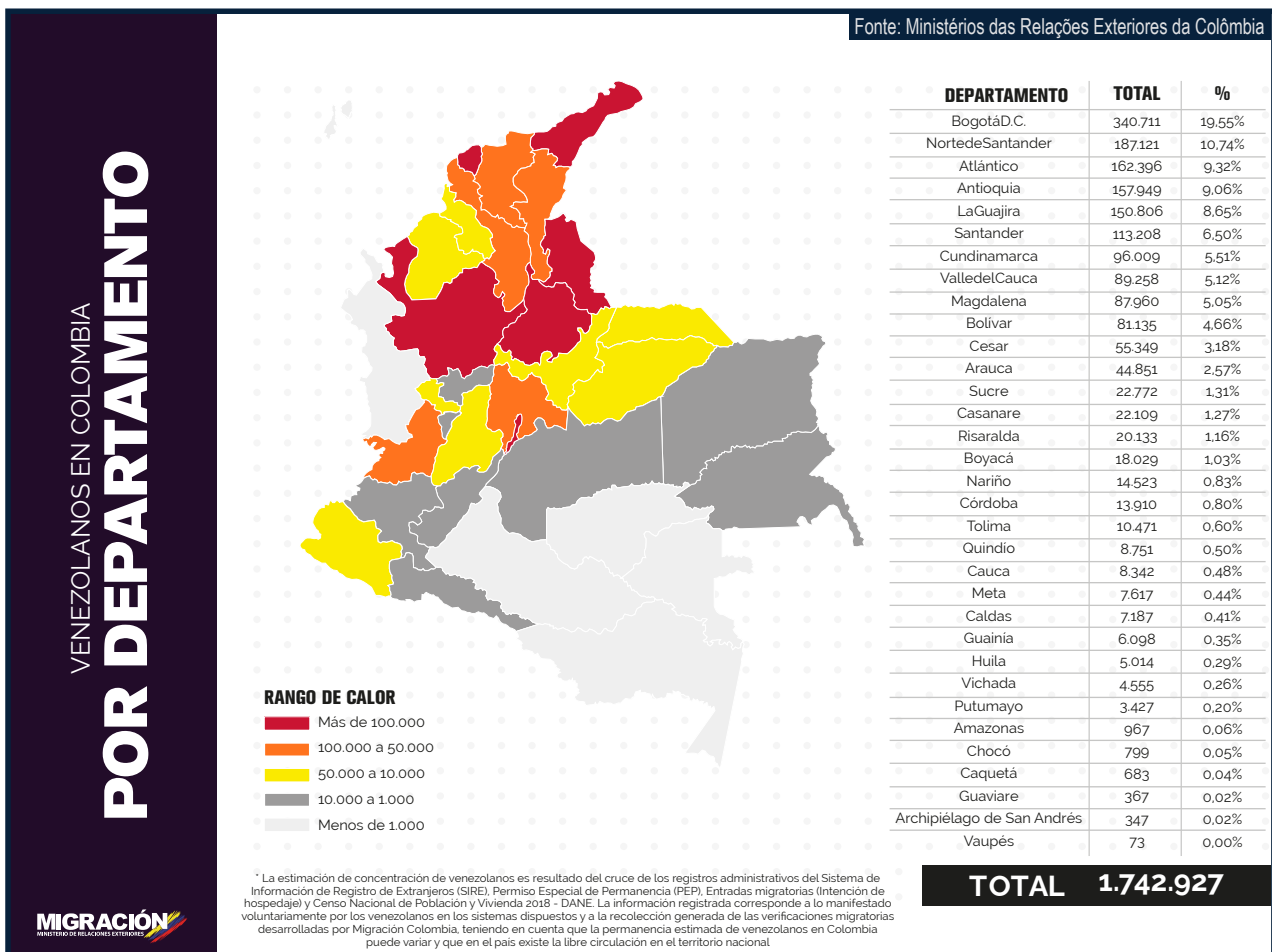
A crise estrutural na Venezuela deflagra fluxos migratórios forçados que afetam os países vizinhos. A Colômbia, com quem compartilha mais de 2.200 km de fronteira, é o que mais recebe imigrantes venezuelanos, somando mais de 1,7 milhão deles em seu território. Cabe analisar, dessa maneira, o impacto da crise migratória nas políticas interna e externa colombiana.

Do ponto de vista da política interna, com a intensificação da crise na Venezuela nos últimos seis anos, a Colômbia se deparou com o intenso fluxo de imigrantes indocumentados do país vizinho, que se sustenta até hoje. A ausência de segurança jurídica e proteção estatal, bem como a falta de acesso a serviços básicos governamentais, expõe à vulnerabilidade esses imigrantes que, por vezes, não possuem permissão para residência e trabalho. Tal vulnerabilidade, desse modo, possibilita a cooptação e recrutamento dos imigrantes venezuelanos por grupos paramilitares na Colômbia, que oferecem em troca alimentação e renda. Em resposta, o governo colombiano implementou, em maio de 2021, o *Estatuto Temporal de Protección a Migrantes Venezolanos*, que pretende regularizar, aproximadamente, 1 milhão de pessoas. Trata-se de um passo importante, mas provisório, para habilitar venezuelanos ao mercado

de trabalho.

No que diz respeito à política externa da Colômbia, o fluxo migratório de venezuelanos indocumentados expõe a porosidade de sua fronteira e desafia a combalida relação bilateral com Caracas. Em 2019, a Venezuela fechou a fronteira terrestre com a Colômbia e rompeu as relações bilaterais. Dois fatores foram preponderantes. O primeiro, uma missão humanitária estadunidense interpretada por Maduro como tentativa de golpe ([Boletim 138](#)), e o reconhecimento colombiano de Juan Guaidó como presidente interino venezuelano. Em 2021, essa dinâmica se mantém com moldes similares. Após um ano de fronteiras fechadas devido à pandemia da COVID-19, a Colômbia reativou unilateralmente as travessias fluviais e terrestres com a Venezuela, sob argumentos humanitários e econômicos. Essa medida, no entanto, foi rechaçada por Caracas, devido seu caráter unilateral.

Verifica-se, portanto, que a Colômbia tem sofrido um impacto substancial devido à imigração em massa de venezuelanos para o país. As respostas a esse quadro envolvem o discurso humanitário para lidar com os imigrantes venezuelanos, no entanto, acabam sendo limitadas em virtude da crise diplomática bilateral entre os Estados.



A nova estratégia dos Estados Unidos para o Caribe

Rafael Esteves

Na passagem do século XIX para o XX, os Estados Unidos se consolidaram como potência regional das Américas. Por situar-se entre os oceanos Atlântico e Pacífico, e por ter vizinhos com menor poderio militar e econômico, o único acesso geoestratégico por atores extrarregionais nas Américas seria por meio do Caribe, sendo esse espaço o motivo da preocupação dos EUA na região. Durante os anos 2000, o sistema internacional acompanhou uma série de mudanças estruturais que ocasionaram a perda de influência estadunidense, inclusive na região caribenha, levando os governos do país a desenvolverem estratégias para reverter a situação. Desse modo, quais as atuais movimentações para retomada de influência dos EUA no Mar do Caribe?

As mudanças estruturais do sistema internacional, aliado ao avanço da iniciativa chinesa *Belt and Road*, notadamente o investimento de pelo menos US\$ 10 bilhões na região, fizeram os Estados Unidos desenvolverem estratégias para não perder sua influência no Caribe. Nesse contexto, em 8 de maio de 2021, a Marinha dos EUA realizou um exercício bilateral com a Guarda Costeira da Jamaica com o navio de guerra *USS Sioux City*. A mesma embarcação fora utilizada no final do mês em exercício com a Marinha da República Dominicana. Tais iniciativas destacam uma tentativa dos EUA de manterem sua projeção de poder na região, através

da cooperação, principalmente no âmbito da segurança e defesa. Ademais, também é do interesse estadunidense ajudar os países caribenhos no combate ao narcotráfico, já que a região é rota de passagem de drogas oriundas da América do Sul para os EUA, problema securitário regional.

Ressalta-se ainda que tais iniciativas vão além da cooperação militar, demonstrando certas tendências nas políticas externas desses países. No caso dos EUA, pode-se perceber a procura pela retomada do prestígio estadunidense na comunidade internacional por meio do multilateralismo. Por outro lado, os países caribenhos vislumbram a busca de apoio das potências para a superação de seus problemas, como os de cunho securitário e econômico.

Assim, nota-se a importância histórica do Mar do Caribe para Washington e a sua preocupação com o aumento da influência de potências adversárias na região. É possível verificar que a realização de exercícios navais se configura como uma das estratégias para contenção de possíveis rivais extrarregionais e, ao mesmo tempo, apoiar aos países caribenhos no combate de seus próprios problemas securitários que, de alguma forma, podem transbordar para os EUA. Vale lembrar que é do interesse de alguns Estados da região essa reaproximação com os EUA.



Em 12 de maio de 2021, foi anunciada a Ordem Executiva para o Aprimoramento da Cibersegurança da Nação pelo governo estadunidense. O documento, publicado cinco dias após o ciberataque ao escritório da *Colonial Pipelines* ([Boletim 139](#)), dialoga diretamente com o Plano Estadunidense de Empregos, de US\$ 2,7 trilhões, voltado para o setor de infraestrutura anunciado em março. Tal plano tem como objetivo enfrentar os grandes desafios apontados pelo governo: mudanças climáticas e o crescimento chinês.

Um estudo conduzido pelo Departamento de Energia descobriu que cortes de energia custam à economia estadunidense até US\$ 70 bilhões anualmente. Ataques cibernéticos estão entre as causas desses cortes, sublinhando a necessidade do aprimoramento dos sistemas de cibersegurança, sobretudo com o avanço da transição energética e da digitalização dos sistemas energéticos. O plano requisita a quantia de US\$ 135 bilhões ao Congresso para investimento no setor de energias renováveis, de forma a alcançar a meta de emissões líquidas zero até 2050 e posicionar o país como líder em tecnologia e empregos de energia limpa. O documento pode ser compreendido como algo análogo ao Plano Quinquenal Chinês de 2021.

Para alcançar seus objetivos, o governo deverá aprimorar a identificação, dissuasão, proteção e resposta a ações maliciosas autonomamente e com parcerias privadas. Afirma-se que a redação atual de

contratos restringe o compartilhamento de informações críticas para a investigação e remediação de incidentes, comprometendo o ambiente institucional. Uma nova linguagem é requisitada para que provedores de serviços colem, preservem e disponibilizem dados relevantes sobre incidentes cibernéticos e colaborem com investigações e respostas. A Ordem Executiva aponta que há pouca transparência no desenvolvimento de *softwares* comerciais e indica a necessidade de mecanismos que garantam a segurança e integridade de *softwares* críticos. Ademais, o documento estabelece um Quadro de Avaliação de Segurança Cibernética, composto por funcionários federais e representantes do mercado. Propõe-se também a elaboração de procedimentos para responder a incidentes cibernéticos e um programa de treinamento para que as agências atendam aos novos protocolos.

O investimento público doméstico como parcela do PIB, enquanto indicativo de prioridades para a alocação de recursos do governo, caiu mais de 40% desde 1960. O pacote anunciado indica a priorização de setores que carecem de aportes imediatos para a manutenção do posicionamento estadunidense no sistema internacional. O fortalecimento dos setores mencionados é indicado como necessário para a segurança dos Estados Unidos em todas as suas acepções frente aos desafios reconhecidos pelo governo federal como prementes.

DOI 10.21544/2446-7014.n141.p08.

EUROPA

Acordo entre Noruega e Estados Unidos estreita cooperação militar

Victor Magalhães Longo

Noruega e Estados Unidos são aliados de longa data. Os Estados são membros fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e é comum que exercícios militares da organização em clima subártico sejam realizados no norte da Noruega. Essa parceria deu mais um passo em abril de 2021, quando os dois países assinaram o *Supplementary Defense Cooperation Agreement*. Sendo assim, quais as possíveis razões para essa maior aproximação e quais as implicações futuras para a estratégia de defesa norueguesa?

A anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 causou um revés em suas relações com vários países europeus, incluindo a Noruega, e criou uma tensão que perdura até hoje com os membros da OTAN. Entretanto, os noruegueses tradicionalmente adotam uma postura apaziguadora, buscando evitar um conflito que, em

termos de capacidades militares, favoreceria os russos. Mas o aumento da presença russa no Ártico, representada pelo fortalecimento da Esquadra do Norte, atualmente a mais poderosa esquadra russa, parece ter incomodado a Noruega. A assinatura desse acordo sinaliza a procura de um maior apoio de Washington frente a essa ameaça.

O ponto principal do documento consiste em possibilitar os estadunidenses a realizar investimentos de infraestrutura em três bases aéreas e uma base naval norueguesas, além de utilizar essas bases caso necessário. O acordo também facilita o envio e a presença de militares estadunidenses na Noruega. Cabe ressaltar que isso não significa que os Estados Unidos terão bases militares no país, o que iria de encontro a um dos princípios da Política de Segurança Norueguesa. A assinatura do acordo, que deve ser votada entre setembro e dezembro >>>

no Parlamento norueguês, gerou declarações duras do ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, que durante o encontro do Conselho do Ártico, em maio de 2021, requisitou a realização de uma reunião militar dos membros da organização devido à escalada de tensão na região.

Ainda que a Noruega tenha sempre preferido evitar conflitos no Ártico e nas suas imediações, esse

alinhamento enfatiza que não haverá hesitação em tomar o lado da OTAN caso as tensões escalem. A defesa do “flanco norte” da Organização interessa especialmente aos nórdicos e ao membro mais poderoso da aliança, os Estados Unidos. Enquanto ele gerar preocupações, a cooperação entre Noruega e Estados Unidos tende a se fortalecer.



DOI 10.21544/2446-7014.n141.p08-09.

Afastamento nas relações Reino Unido-Rússia: reflexos navais

Guilherme Carvalho

As relações russo-britânicas vêm apresentando um movimento de forte distanciamento, marcadas por diversas crises diplomáticas, como o envenenamento de ex-espões russos em solo britânico, e críticas à anexação russa da Crimeia em 2014. Recentemente, a *Royal Navy* noticiou constantes incursões da Marinha russa nas proximidades das Águas Jurisdicionais britânicas, ao ponto de o atual secretário de Defesa Ben Wallace, em entrevista ao *The Telegraph*, afirmar que Moscou é a atual ameaça número 1 ao Reino Unido. Nesta retórica, quais os reflexos dessa crise no emprego do poder naval desses Estados?

Em maio deste ano, a agência *Reuters* noticiou que a Marinha russa expulsou o contratorpedeiro HMS *Dragon* que, supostamente de maneira ilegal, navegava em águas territoriais ucranianas. A *Royal Navy*, por sua vez, veementemente nega esse relato, alegando que o referido contratorpedeiro apenas realizou um procedimento de passagem "inocente" na região. De

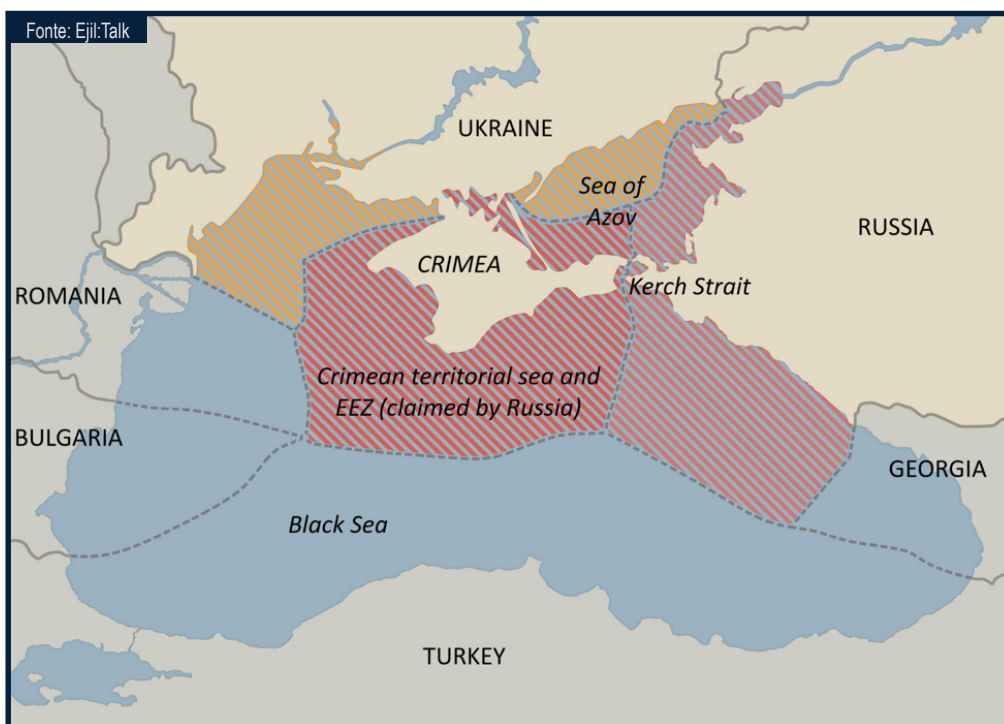
maneira semelhante, é notório o aumento da presença naval russa não só no Mar do Norte, mas principalmente no Mar Negro, em um reflexo de endurecimento de diálogos com a Ucrânia, e o acirramento de tensões com o Ocidente. Naturalmente, isso também se reflete nas relações Londres-Moscou.

O Reino Unido, recém-saído da União Europeia, também vem adotando uma política externa mais dura para a Rússia. Nesse tom, podemos inserir a própria incursão do HMS *Dragon* em águas ucranianas como um reflexo desta mudança. É importante lembrarmos do aumento nos investimentos em Defesa naval, previstos na nova edição do *Integrated Review* ([Boletim 138](#)). Recentemente, Londres também enviou uma comissão liderada pelo novíssimo porta-aviões *Queen Elizabeth*, que navegará mais de 28 mil milhas náuticas em portos e regiões estratégicas para Londres no Indo-Pacífico, em um grande esforço logístico e operacional. Atualmente, Moscou encontra-se sem seu único porta-aviões, o »

Almirante Kusnetzov, acidentado em dique seco.

Desse modo, é visível que ambos os países se encontram confortáveis em expandir a atividade de suas Marinhas e que, de fato, esses movimentos acompanham o escalonamento das tensões entre os dois países. Com a

atual conjuntura estratégica russa e britânica, é possível admitir que os diálogos entre as duas nações se tornem cada vez mais dificultados e que situações como as descritas neste artigo se tornem cada vez mais comuns.



DOI 10.21544/2446-7014.n141.p09-10.

RÚSSIA & EX-URSS

A política externa russa no 24º Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo

Pérsio Glória de Paula

Apesar de voltado para a realização de negócios, o Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo (SPIEF, sigla em inglês), como visto no [Boletim 96](#), também serve de indicador das condições internacionais e reflete as linhas gerais da política externa russa. Ocorrida entre 2 e 5 de junho de 2021, a 24ª e atual edição do evento contou com mais de 13 mil participantes e permitiu a celebração de mais de 200 acordos, totalizando um valor de US\$ 52 bilhões — o maior já registrado no SPIEF. Apesar da participação de empresas e delegações comerciais da Europa e dos Estados Unidos, a ausência de representantes políticos de países ocidentais assinalou a atual tensão nas relações entre a Rússia e o Ocidente — atualmente marcadas pelas sanções diplomáticas e comerciais.

Segundo as autoridades russas, uma das saídas para esse impasse é dialogar sobre áreas de comum interesse. Isso ficou evidente no discurso do presidente russo, Vladimir Putin, que abordou as mudanças climáticas, o *Nord Stream-2* ([Boletim 140](#)), a cooperação para a vacinação e a recuperação econômica pós-pandemia. Não obstante, o tema do SPIEF em 2021 foi centrado na “nova realidade econômica global pós-pandemia”.

Putin ressaltou também que a robusta recuperação da economia mundial esperada para 2021 será desigual.

O acesso às vacinas ainda está concentrado nos países desenvolvidos e estes também possuem mais recursos para engendrar as políticas necessárias. Isso permite a visualização da política de diversificação de parcerias da Rússia, que está ampliando a cooperação no combate à pandemia e os laços econômicos com o Sul Global e os países emergentes.

Moscou almeja tanto garantir seu próprio desenvolvimento econômico quanto assegurar sua influência a nível global, afetada pela disputa geopolítica com o Ocidente. No SPIEF, essa política evidenciou-se com os investimentos obtidos nas regiões siberianas e no Extremo Oriente do país, totalizando US\$ 7 bilhões — a maior parte oriunda de países do Leste Asiático e do Oriente Médio. Outro exemplo foi a participação do presidente argentino, Alberto Fernández, que celebrou a cooperação para a produção da vacina russa, *Sputnik V*, na Argentina — indicando o aumento da presença russa na América Latina.

Dessa forma, além dos ganhos econômicos e comerciais, percebe-se que a diversificação de parcerias com o Sul Global também atende aos interesses russos em diminuir os efeitos das sanções ocidentais e aumentar sua proeminência em nível internacional.

DOI 10.21544/2446-7014.n141.p10.

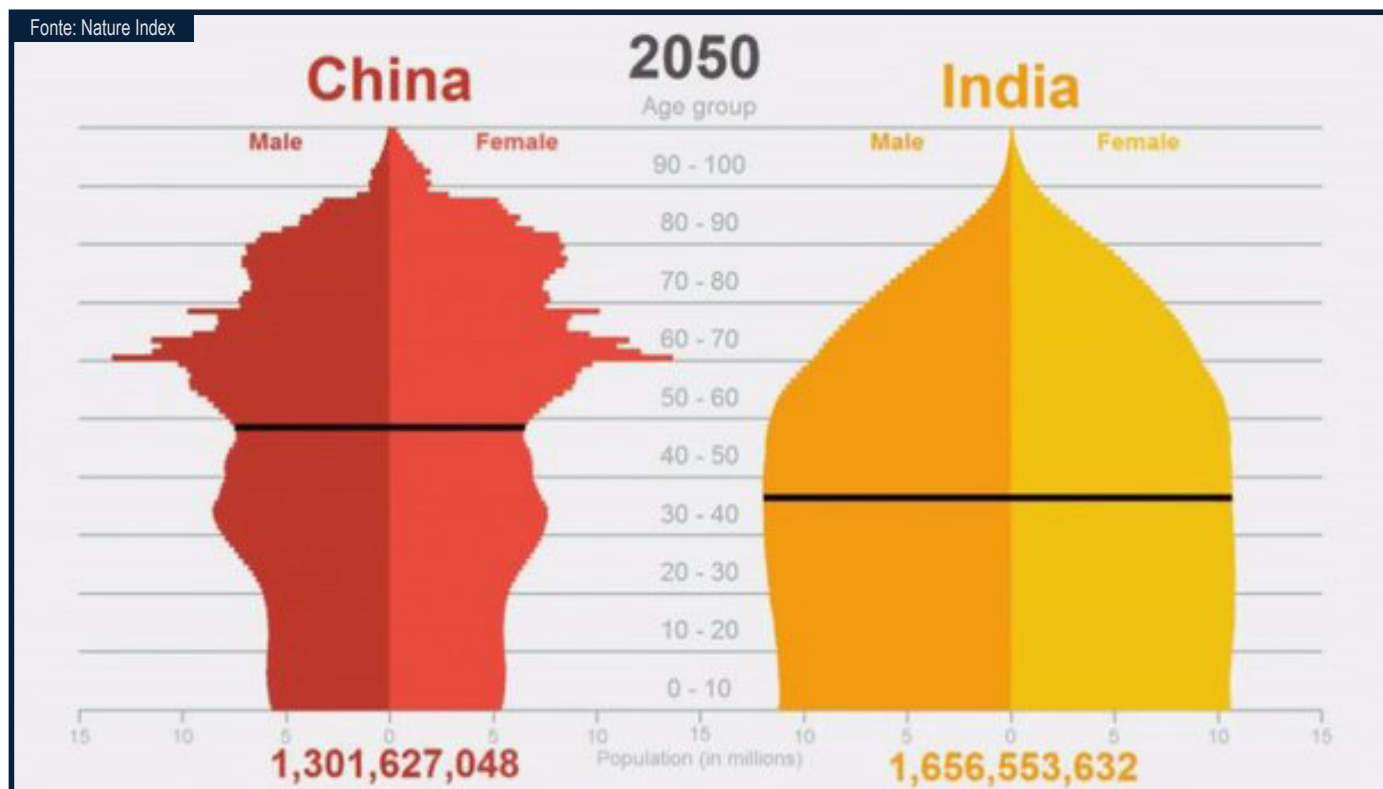
O lado geopolítico do desafio demográfico chinês

Philippe Alexandre

A questão demográfica historicamente compõe a política de Estado das lideranças chinesas. Durante a Era de Mao Zedong, por exemplo, aumentar a taxa de natalidade visava ampliar a mão-de-obra de uma China ainda agrária e coibir invasões estrangeiras. Cerca de trinta anos depois, com uma agenda reformadora, a ascensão de Deng Xiaoping, em 1979, criou a política do filho único, almejando lidar com a superpopulação e reduzir a pobreza. No entanto, em 2016, tal política foi revista, permitindo o segundo filho a todos os casais. Esta decisão, porém, não conseguiu reverter a tendência de queda da natalidade (quase 15% anual) devido ao aumento do custo de vida. Num cenário de envelhecimento populacional mais acelerado do que o crescimento da renda média, em 31 de maio, o governo passou a permitir o terceiro filho e deve aumentar a idade de aposentadoria. Muitos analistas concentraram-se nos argumentos econômicos de tal decisão, porém quais elementos geopolíticos que incentivaram tal medida?

Embora os riscos econômicos desse cenário demográfico sejam grandes, os riscos geopolíticos também são evidentes. Na questão demográfica, os dois países que mais preocupam Pequim são os EUA e a Índia. Em relação aos EUA, a China detém uma população quatro vezes maior, além de estar buscando ampliar a sua produtividade e investir na modernização e inovação da sua economia, empresas e forças armadas. A expectativa é de que, nesta década, a China consiga se equiparar aos EUA em diversas áreas.

No longo prazo, contudo, a preocupação maior é a Índia. O país sul-asiático possui 1,3 bilhão de pessoas (com expectativas de ultrapassar a China ainda nesta década), modelo político mais próximo ao ocidental e vastas potencialidades de expandir os seus recursos nacionais para impulsionar o seu próprio desenvolvimento. Portanto, a liderança chinesa tem agido para manter a vantagem demográfica, pensando, no longo prazo, frente a um vizinho potencialmente desafiador.



Energia Renovável: ensejo para a projeção global indiana?

Marina Corrêa

A Índia está em quinto lugar mundial em capacidade instalada de energia renovável, em quarto em energia eólica e em quinto em energia solar. Cada vez mais tem caminhado para a transição energética e possui diversos investimentos internos e externos nesse setor. Posto isso, como podemos enxergar a transição energética indiana no contexto de sua política externa?

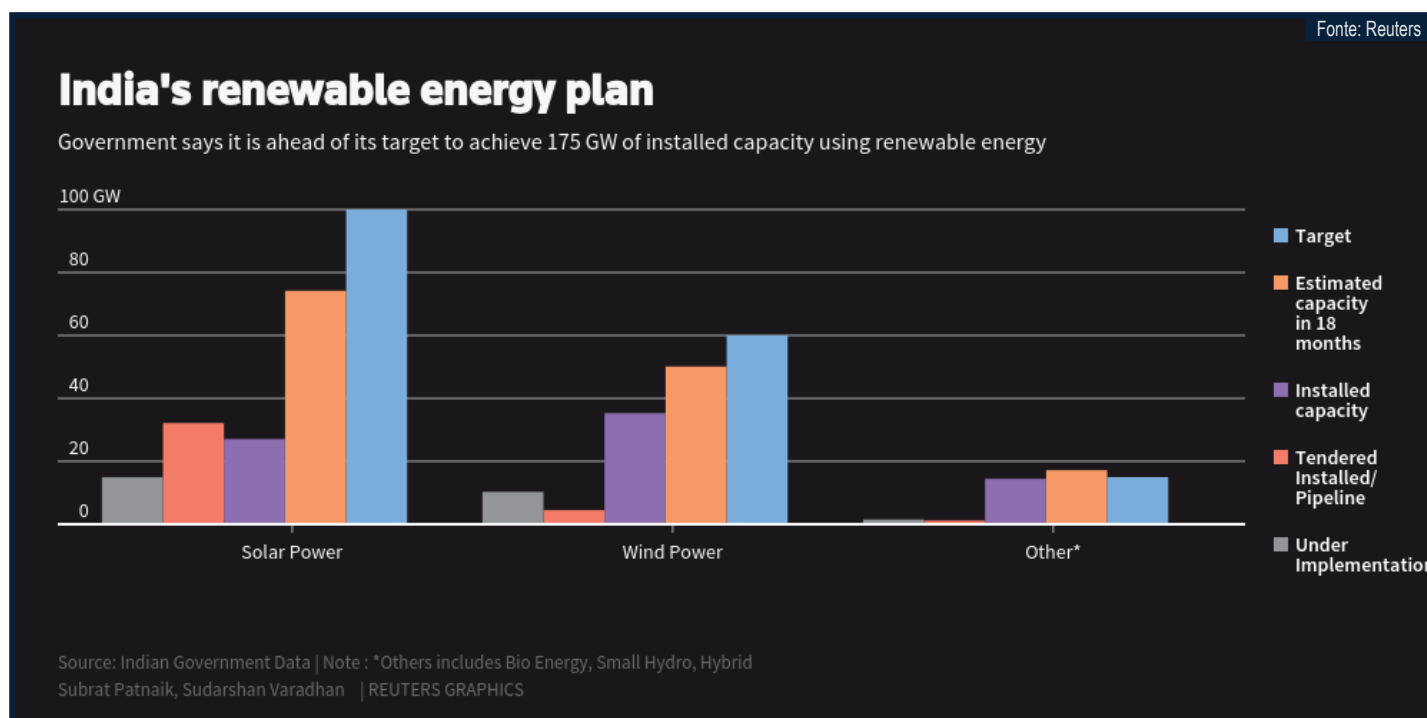
O ano de 2021 representa o sétimo ano em que Narendra Modi, primeiro-ministro indiano, ocupa tal cargo. Modi, desde que assumiu posição no governo, defende os 8 projetos fundamentais de desenvolvimento — parte do que se conhece por *Make in India* (iniciativa governamental para atrair investimentos em 25 setores diferentes) — sendo um deles, justamente, o de energia renovável, cuja meta é instalar 175 GW de capacidade de energia renovável até o final de 2022, estendendo-se para 450 GW até 2030 ([Boletim 116](#)). Além disso, o país é um dos três principais Estados que estão liderando o crescimento global de energia renovável, sem mencionar sua liderança da Aliança Solar Internacional (anunciada na COP-21).

Nos dias 20 e 21 de maio, o país organizou a reunião entre os Altos Funcionários de Energia do BRICS, tendo presente representantes das cinco nações. Do lado

indiano, esteve Vivek Kumar Dewangan, secretário adicional do Ministério de Energia, liderando o encontro (primeiro sediado pela Índia), o qual também expôs que a Índia irá focar em desenvolver as áreas de energia renovável, eficiência energética e rede inteligente. Para mais, propôs que os países colaborassem em atualizar o Relatório de Energia do BRICS, bem como preparar um Relatório de Tecnologia de Energia e um Diretório de Pesquisa do grupo.

Todavia, por mais que seja um país altamente dependente dos recursos fósseis, tal como carvão, a Índia tem buscado efetivamente estar entre as principais nações responsáveis por essa (gradual) mudança energética. Nos últimos 5 anos, o país tem se engajado para que suas metas energéticas sejam completas, tendo como um dos resultados o aumento de 226% de sua capacidade instalada em energia renovável.

Neste aspecto, percebe-se que o uso da sua imagem como um dos protagonistas para a transição energética mundial sustenta sua política interna de promover e desenvolver projetos nacionais (*Make in India*), bem como sustenta sua política externa cooperativa, incentivando os países próximos (BRICS) que também engajem na transição energética.



EUA deixa ASEAN em segundo plano e mira QUAD

Matheus Bruno Pereira

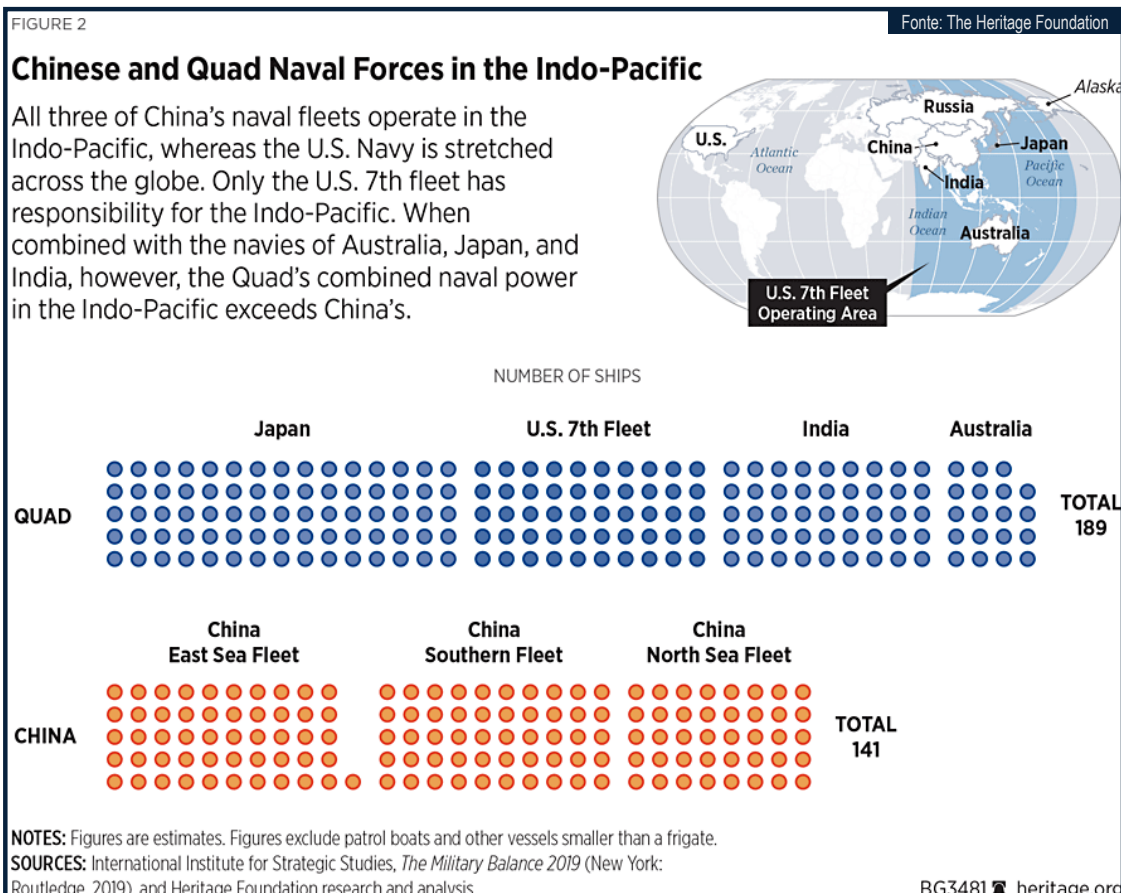
Após promessa dos Estados Unidos da América de reintroduzir a região do Indo-Pacífico no cerne de sua grande estratégia, vista com otimismo pelos países do Sudeste da Ásia, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês) parece ficar em segundo plano. Em uma visita oficial no início de junho, a diplomata Wendy Sherman se reuniu com membros da organização, com promessas de auxílio para a compra de vacinas e questões relacionadas ao comércio. Porém, tal visita não convenceu as autoridades, sobretudo após a reunião EUA-ASEAN entre ministros ser cancelada por dificuldades técnicas do secretário de Estado, Anthony Blinken, que visitava o Oriente Médio no período. Para alguns, soou como se a ASEAN não fosse encarada como ator relevante para a solução de questões da região. Desse modo, abre-se o questionamento sobre qual ator de fato será priorizado nos planos dos EUA para a região.

Os pedidos de sanções e declarações contrárias ao golpe em Myanmar são o melhor argumento dos EUA para desconsiderar a ASEAN, por sua omissão inicial e posterior reconhecimento do governo militar, recebendo seu líder em eventos oficiais. Assim, a ASEAN parece perder espaço para o chamado *Quadrilateral Security Dialogue* (QUAD): composto por Austrália, Estados Unidos, Índia e Japão. O grupo informal, iniciado em

2007, realiza encontros, troca de informações e exercícios militares, sendo visto como um meio para conter o avanço chinês na região.

Em 1954, os EUA realizaram movimento semelhante com a criação da *Southeast Asia Treaty Organization* (SEATO), grupo que seguia o próprio plano estadunidense para estabilidade no Sudeste da Ásia. Nesse caso, Tailândia e Filipinas entraram, posteriormente, apenas como forma de amaciar críticas feitas à ação que não contava com a participação de países locais. A priorização do QUAD pelos EUA atualmente pode aproveitar o Japão, muito bem alinhado aos interesses de Washington, como país que dará validação necessária ao grupo, assim como foi com Tailândia e Filipinas na SEATO.

Desse modo, Biden conseguiria efetuar um plano próprio para o Indo-Pacífico, ao passo que garante que seus planos sejam seguidos à risca por aliados (outras alianças, como a Coreia do Sul, também devem ser consideradas). Ao deixar a ASEAN de lado, garante não só uma quebra do prestígio da organização regional, como também evita o conflito de interesses entre as partes. Afinal, a ASEAN possui seus próprios planos para a estabilidade, como o Código de Conduta para o Mar do Sul da China, hoje parado.



Brunei e seu comportamento frente à disputa do Mar do Sul da China

Gabriela Veloso

A Ilha de Bornéu, repleta de recursos naturais, é casa para Brunei, Indonésia e Malásia, e já foi lar de grandes impérios. Ainda existem pequenas tensões entre seus divisores, mas, recentemente, os maiores dilemas da ilha têm sido relacionados ao desmatamento e à disputa no Mar do Sul da China (MSC). Muito se fala sobre Indonésia e Malásia frente a essa disputa, mas analistas tendem a minimizar a importância de Brunei. Tendo como principal atividade econômica a exploração dos recursos minerais, sendo petróleo e gás natural seus produtos mais exportados, o país possui uma das rendas per capita mais altas da Ásia. Sendo assim, qual o impacto da política externa de Brunei no contexto do MSC?

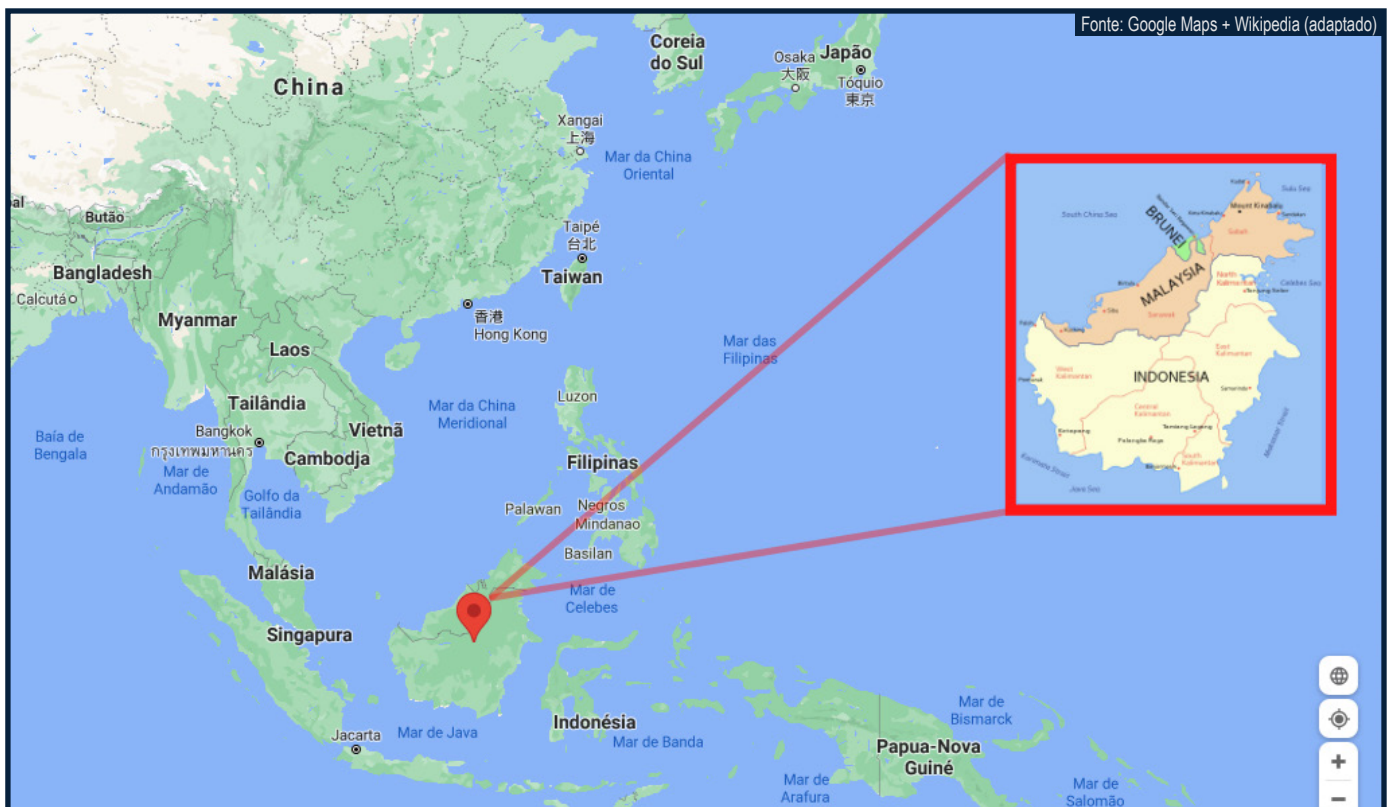
As forças armadas de Brunei — além de utilizar uma gama de equipamentos originários do Reino Unido, da França e dos EUA — possuem boas relações militares com Singapura, realizaram exercícios com a Austrália e agiram no Líbano e nas Filipinas. Embora não tenham experiências recentes em combate, atuaram em missões humanitárias e de manutenção de paz. Segurança e vigilância de fronteiras, plataformas de defesa aérea, consciência marítima e resposta a desastres regionais estão entre os seus esforços prioritários. O país enfatiza bastante a importância da ciência e tecnologia e das habilidades de comando para alavancar a eficácia de suas

forças.

Brunei tende a minimizar as tensões do MSC, o que contribui para que não haja grandes conflitos em suas relações com Pequim, porém reclama parte das Ilhas Spratly. Embora listado como reclamante, nunca fez reivindicação de soberania clara, nem ocupou terras nas Spratly, incluindo a porção contida em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Ainda assim, dadas às reivindicações chinesas e ao fato de que a linha dos nove traços corta significativamente a ZEE de Brunei, tensões diplomáticas entre os Estados não podem ser desprezadas.

Brunei tem fortes laços tanto com a China quanto com os Estados Unidos. Os estadunidenses têm um histórico de fornecimento às Forças Armadas de Brunei com equipamentos de Defesa, serviços de suporte e pacotes de treinamento. Desde 2018, com a primeira visita oficial de Xi Jinping, o país tem encorajado a realização de maiores investimentos chineses em seu território. Não obstante, a atividade expansionista da China na disputa do MSC representa uma ameaça.

Sendo assim, a postura de Brunei no MSC revela uma crescente tensão: o alinhamento com os EUA poderá acentuar as disputas na região, uma vez que a China incrementa sua expansão na ZEE de Brunei, para além das Ilhas Spratly.



Reconstrução da estação Scott Base: a importância da Antártica para a Nova Zelândia

Gabriele Hernandez

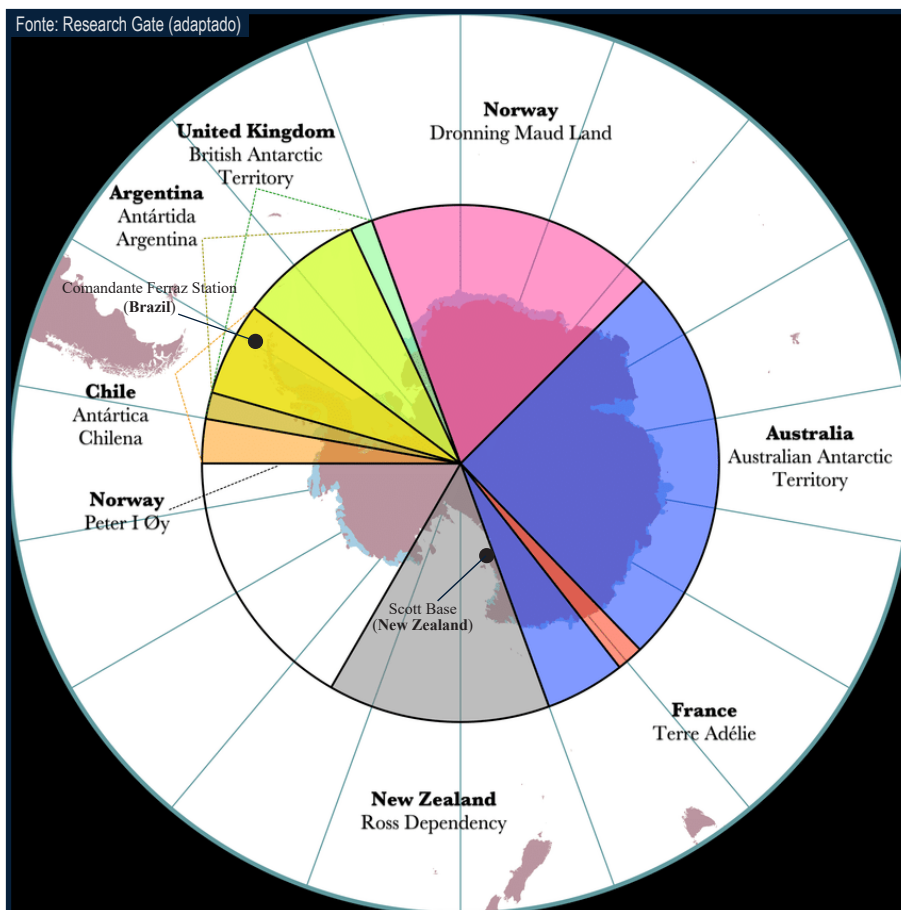
Enquanto o mundo luta contra a pandemia do coronavírus, países que melhor administraram a crise hoje podem voltar suas atenções com calma para a Antártica. É o caso da Nova Zelândia, que anunciou em maio o repasse de verbas para a reconstrução da estação antártica *Scott Base*. Ainda que em processo de retomada da economia, o país mobilizou recursos para substituir todas as instalações de uma estação, cumprindo a promessa do orçamento feito em 2019. Por que, mesmo em tempos de crise, a Antártica é prioridade para a Nova Zelândia?

Sob o domínio da Coroa britânica, a Nova Zelândia assumiu a administração da Dependência de Ross em 1923, dada a proximidade desta região antártica com o território neozelandês. À época, o Reino Unido já reivindicava uma porção antártica e influenciou a Austrália — ainda colônia britânica — a formalizar o mesmo, fazendo com que mais de 2/3 do continente fossem reclamados pela Coroa. Após sua independência, a Nova Zelândia manteve o reclame territorial e desde então é um dos países mais ativos nas reuniões do Sistema do Tratado Antártico (STA).

A proximidade geográfica é um dos fatores de peso para a presença neozelandesa na região, sendo a cidade de Christchurch um *hub* antártico importante

para alcançar o continente austral. As decisões tomadas pelo país ressoam com aquelas tomadas pela Austrália, principalmente sobre meio ambiente. Ambos formam uma espécie de frente antártica na Oceania, cujas decisões estão em sintonia com o Ocidente e, graças aos consideráveis investimentos antárticos, mantêm forte presença *in loco*.

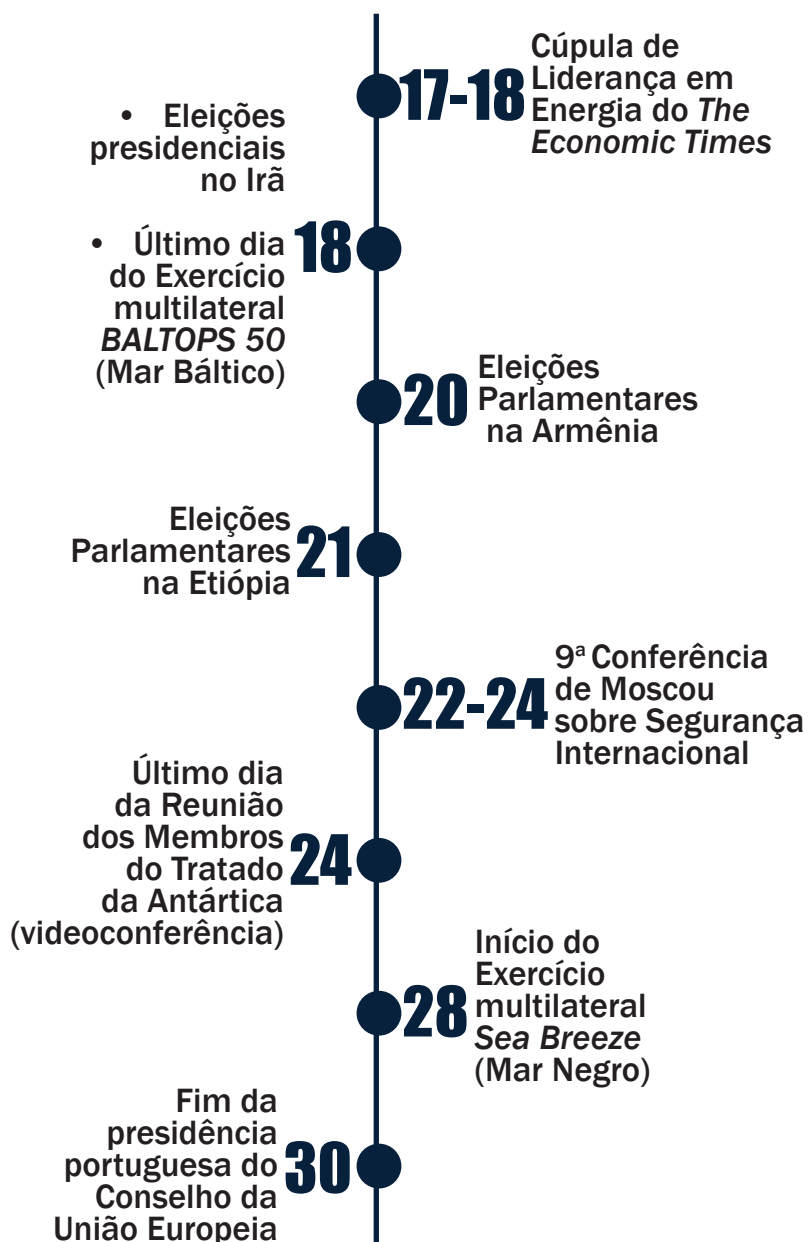
Com a possibilidade de exercer hegemonia sobre um espaço antártico próximo do próprio território, e distante para os demais países, a Nova Zelândia se apoia nos mecanismos legais do STA, especialmente nas reuniões da Convenção para Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, na qual o país propõe, há anos a criação de Áreas de Proteção Marinha (MPA, sigla em inglês). A criação de MPAs na região é de extrema importância para a conservação ambiental e a garantia de que a Antártica se mantenha intacta o quanto possível, mas também impede que navios estrangeiros naveguem em águas próximas aos territórios de interesse de Estados que investem pesado no continente. Os maiores opositores à criação de MPAs são China e Rússia, que costumam pescar krill na região. Para a Nova Zelândia, priorizar a Antártica está de acordo tanto com sua agenda de sustentabilidade, quanto com a garantia de seus interesses estratégicos.



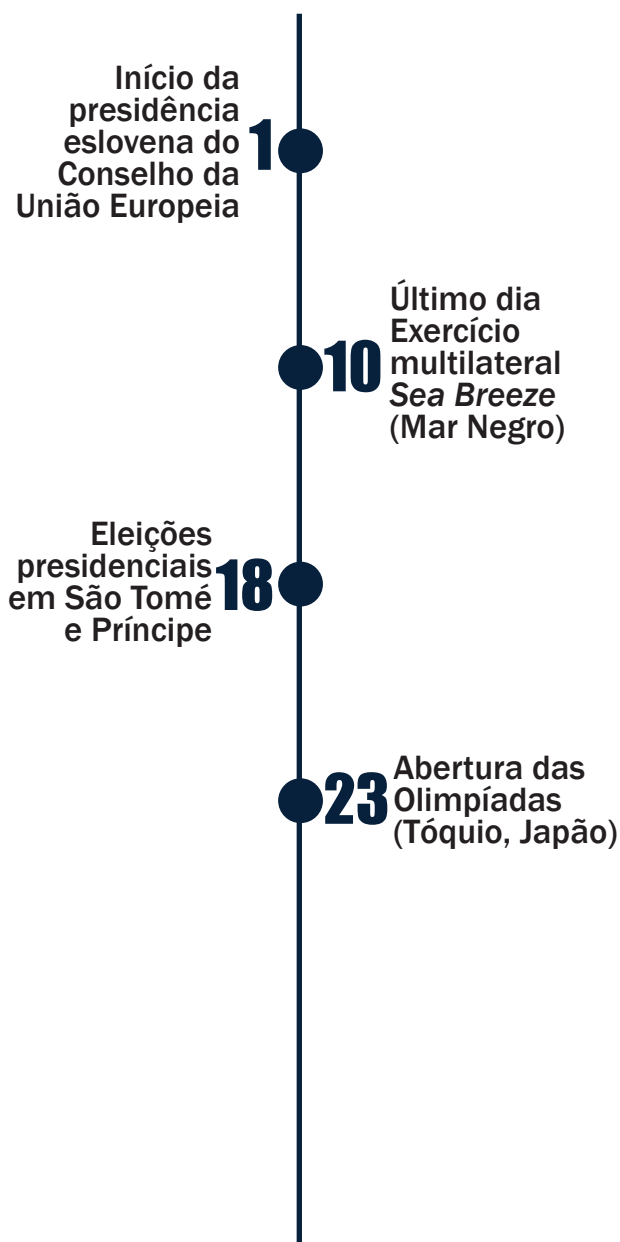
- ▶ [The G7 and COVID-19: What to expect](#)
MEDIUM, Isabel Muttreja
- ▶ [Securitization, surveillance and 'de-extremization' in Xinjiang](#)
OXFORD ACADEMIC, Stefanie Kam e Michael Clarke
- ▶ [The Costs of Weaponizing Russian and Western Diplomatic Expulsions](#)
CSIS, Heather A. Conley e Roksana Gabidullina
- ▶ [The G7's economic security agenda](#)
IISS, Nicholas Crawford
- ▶ [A Compendium of Recommendations for Countering Russian and Other State-Sponsored Propaganda](#)
RAND, Todd C. Helmus e Marta Kepe

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

JUNHO



JULHO



REFERÊNCIAS

- **A implementação do setor petrolífero na economia da Guiana e seus desafios**
[Escazu Agreement synthesizes environmental protection with public's right of access to actionable information.](#) **Starbroek News**, Georgetown, 08 jun. 2021. Acesso em: 10 jun. 2021.
[GUYANA NOT yet in position to adopt Norway model for a wealth fund.](#) **Starbroek News**, Georgetown, 23 maio 2021. Acesso em: 10 jun. 2021.
- **A imigração venezuelana na Colômbia e seus desdobramentos políticos e sociais**
TORRADO, S. [La regularización de 1,7 millones de venezolanos en Colombia impulsa la agenda internacional de Duque.](#) **El País**, Bogotá, 09 fev. 2021. Acesso em: 08 jun. 2021.
FERNÁNDEZ, H. [Colombia reabrió unilateralmente sus fronteras con Venezuela.](#) **France24**, Paris, 02 jun. 2021. Acesso em: 07 jun. 2021.
- **A nova estratégia dos Estados Unidos para o Caribe**
UNITED STATES. **US SOUTHERN COMMAND.** [US and Dominican Republic Conduct Bi-lateral Interdiction Exercise in Caribbean](#), Washington, 24 maio 2021. Acesso em: 25 maio 2021.
UNITED STATES. **US NAVY.** [US and Jamaica Conduct Bi-lateral Maritime Exercise in Caribbean](#), Washington, 12 maio 2021. Acesso em: 28 maio 2021.
- **Investimento em setores críticos para manutenção do poder estadunidense**
UNITED STATES. [Executive Order on Improving the Nation's Cybersecurity.](#) **The White House**, 12 maio 2021. Acesso em: 25 maio 2021.
UNITED STATES. The White House. [The American Jobs Plan](#), Washington, 31 mar. 2021. Acesso em: 25 maio 2021.
- **Acordo entre Noruega e Estados Unidos estreita cooperação militar**
NORUEGA. **Ministério da Defesa.** [Norway signs Supplementary Defense Cooperation Agreement with the United States](#), Oslo, 16 abr. 2021. Acesso em: 28 maio 2021.
[Russia calls for military meetings between Arctic states as tensions rise.](#) **Reuters**, Toronto, 20 maio 2021. Acesso em: 28 maio 2021.
- **Afastamento nas relações Reino Unido-Rússia: reflexos navais**
HOPE, C. [Exclusive: Russia is 'our number one threat' as its submarines circle Britain.](#) **The Telegraph**, Londres, 22 maio 2021. Acesso em: 27 de maio de 2021.
[Defence spending will rise as Covid spurs nationalism, says Saab.](#) **Financial Times**, Londres, 26 abr. 2021.
- **A política externa russa no 24º Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo**
[St Petersburg International Economic Forum plenary session.](#) **Kremlin**, Moscou, 04 jun. 2021. Acesso em 12 jun. 2021.
[SPIEF records deals worth \\$52 bln and US strategy to split Moscow.](#) **Beijing.** **Tass**, Moscou, 07 jun. 2021. Acesso em: 12 jun. 2021.
- **O lado geopolítico do desafio demográfico chinês**
[China rapidly shifts from a two-child to a three-child policy.](#) **The Economist**, Pequim, 03 jun. 2021. Acesso em: 11 jun. 2021.
MULLEN, A. [China's three-child policy: why was it introduced and what does it mean?](#) **SCMP**, Hong Kong, 05 jun. 2021. Acesso em: 11 jun. 2021.
- **Energia Renovável: ensejo para a projeção global Indiana?**
[India organises first BRICS energy meet.](#) **BusinessLine**, New Delhi, 26 mai. 2021. Acesso em: 11 jun. 2021.
ÍNDIA. [Make in India – Renewable Energy.](#) Acesso em: 11 jun. 2021.
- **EUA deixa ASEAN em segundo plano e mira QUAD**
THAMBIPILLAI, P. [Brunei.](#) **Britannica**. Acesso em: 11 jun. 2021.
STOREY, I.; CHENG-YI, L. (eds.). [The south China Sea Dispute: navigating diplomatic and strategic tensions.](#) **Singapore: ISEAS**, 2016. Acesso em: 11 jun. 2021.
- **Brunei e seu comportamento frente à disputa do Mar do Sul da China**
[Brunei, Japanese navies strengthen ties.](#) **Borneo Bulletin**, 12 jun. 2021. Acesso em: 12 jun. 2021.
OTHMAN, A. [Brunei-US ties will remain strong.](#) **Borneo Bulletin**, 05 nov. 2020. Acesso em: 12 jun. 2021.
- **Reconstrução da estação Scott Base: a importância da Antártica para a Nova Zelândia**
DODDS, Klaus. [The Antarctic: A Very Short Introduction.](#) **Oxford: Oxford Press University**, 2012.
LEE, K. [Budget 2021: Government to pay entire \\$306m bill for Scott Base rebuild.](#) **Stuff**, Wellington, 20 maio 2021. Acesso em: 29 de maio de 2021.
Capa: [Scott Base, the New Zealand Research Station in the Antarctic.](#)
Por: Wikimedia Commons.

Os mapas iniciais (pág 03 e 04) do Boletim foram produzidos pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 03 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em

cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

Devido ao aumento do número de casos (infectados, internados e óbitos) relacionados à COVID-19, houve uma adaptação na análise do cenário. Dessa forma, elaborou-se um mapa à parte, com os 15 países com maior número de infectados de acordo com o último relatório da OMS divulgado até a data deste boletim. Dessa forma, os países foram divididos em vermelho, laranja e amarelo de acordo com o número de casos totais. As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

► ALTO RISCO:

- IÊMEN — Guerra civil e crise humanitária: [Russia looks for way back into Yemen](#). **Al-Monitor**, 01 Jun. 21. Acesso em: 14 jun. 2021.
- VENEZUELA — Crise estrutural: [Los disidentes de las FARC obligan a venezolanos a dejar sus casas en Apure](#). **Infobae**, 14 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.
- MOÇAMBIQUE — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Insecurity in northern Mozambique continues to forcibly displace thousands](#). **The Conversation**, 27 maio 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.
- MYANMAR — Golpe militar: [Myanmar anti-corruption body files case against Suu Kyi](#). **Nikkei Asia**, 10 de junho de 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.

► MÉDIO RISCO:

- AFGANISTÃO — Insegurança regional: [Taliban Captures Another Afghan District As Battle Rages Ahead Of International Troop Pullout](#). **Afghan Online Press**, 08 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.
- BELARUS — Crise política e tensões com o bloco europeu: [European Parliament Calls For Harsh Economic Sanctions On 'Criminal' Belarusian Regime](#). **Radio Free Europe**, 11 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.
- CHADE — Crise estrutural: [Chad – Death of Chad’s President Leaves Vacuum in the Heart of the Sahel](#). **Global Risk Insights**, 11 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.
- COLÔMBIA — Crise estrutural: [Lo que dice el informe de Human Rights Watch sobre la «brutalidad policial» en Colombia](#). **CNN**, 09 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.
- EL SALVADOR — Crise política: [Equipo de reformas a la Constitución abre vía a referéndum y plebiscito](#). **El Salvador**, 13 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.
- ETIÓPIA — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Ethiopia's Tigray crisis: G7 calls for access for aid workers](#). **BBC**, 14 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.
- GOLFO DA GUINÉ — Insegurança marítima conjuntural: [Drones, Choppers Deploy to Combat Piracy](#)

[in Gulf Off Nigeria](#). **Bloomberg**, 14 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.

• ISRAEL E PALESTINA — Tensões na Faixa de Gaza: [The dilemma of rebuilding Gaza without rearming Hamas](#). **BBC**, 10 JUN. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.

• LÍBANO - Crise estrutural: [As Lebanon's economic crisis deepens, currency drops to new low](#). **Middle East Eye**, 13 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.

• NÍGER — Aumento da atividade terrorista na região: [Niger: Attack on Seini Oumarou's home kills guard](#). **Al Jazeera**, 13 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.

• NIGÉRIA — Ataques insurgentes: [Boko Haram: Nigerian president admits failure to end violence](#). **BBC**, 12 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.

• SÍRIA — Instabilidade regional: [Syrian hospital hit in artillery attacks on Afrin, at least 18 killed](#). **Middle East Eye**, 12 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.

• SOMÁLIA — Instabilidade eleitoral: [Suicide Blast at Military Training Camp in Somalia Targets New Recruits](#). **The New York Times**, 15 jun. 2021. Acesso em: 15 jun. 2021.

• UCRÂNIA — Tensões transfronteiriças entre Rússia e Ucrânia: ['Simulando conflito com Rússia': Ucrânia se beneficiará realizando jogos de guerra com a OTAN?](#). **Reuters**, 14 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.

► MONITORAMENTO:

• ARMÊNIA E AZERBAIJÃO — Conflito na região de fronteira de Nagorno-Karabakh: [Azerbaijan trades Armenian prisoners of war for mine maps](#). **Político**, 12 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.

• HAITI — Crise institucional: [Haití aplaza el referéndum constitucional](#). **El Caribe**, 09 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.

• LÍBIA — Em cessar-fogo: [Libye : Vinci, Total, Sanofi... Le marché de la reconstruction aiguise l'appétit des entreprises françaises](#). **Jeune Afrique**, 06 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.

• MAR DO SUL E DO LESTE DA CHINA, HONG KONG & TAIWAN — Expansão chinesa sobre as regiões: [South China Sea: PLA sends in spy planes and ship to keep closer watch as regional tensions rise](#). **South China Morning Post**, 11 de junho de 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.

• MEDITERRÂNEO ORIENTAL — Tensões entre Grécia e Turquia e ocupação do Chipre: [What's the greatest obstacle in Turkey-Greece ties?](#). **Daily Sabah**, 08 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.

• PERU — Crise eleitoral: [Una proclamación sin corto plazo: ¿cuándo se resolverían las solicitudes de nulidad de mesas de votación?](#). **El Comercio**, 14 Jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.

• REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Central African Republic charges French national with espionage](#). **Al Jazeera**, 09 jun. 2021. Acesso em: 14 jun. 2021.